

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 2 DE JUNHO DE 1995

*Senhora Presidente do Conselho da Comunidade Solidária, Ruth Cardoso; Senhores Embaixadores acreditados junto ao Governo da República; Senhor Ministro de Estado da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza; Senhor Ministro da Cultura, Francisco Weffort; Senhor Ministro Chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho; Senhor Secretário de Comunicação, Embaixador Sérgio Amaral; Doutor Fernando Xavier, que é o Secretário Executivo e representa hoje o Ministério das Comunicações; Senhora Secretária Executiva do Programa Comunidade Solidária, Anna Maria Peliano; Senhoras e Senhores;*

Na verdade, o Ministro Paulo Renato disse o essencial, e eu tenho apenas que me congratular –, congratular-me com os Ministérios envolvidos nessa programação, muito especialmente com o Ministério da Educação e com a Secretaria de Comunicações; com os técnicos, com os funcionários que se dedicaram à elaboração desse programa e com os Embaixadores dos países que nos estão ajudando nesta implementação.

O que me parece interessante, no caso brasileiro, e até certo ponto estimulante, são os números. Aqui, quando se fala, fala-se sempre em

milhões: 20 milhões de estudantes. Infelizmente, quando se fala em recursos, fala-se em 45 milhões de reais. Mas são 20 milhões de estudantes que são os beneficiários diretos desse programa. Quando se pensa na distribuição de livros didáticos, são 58 milhões. Quando se pensa na merenda escolar, são não-sei-quantos milhões.

Isso demonstra duas coisas, pelo menos. Primeiro, o tamanho do desafio, que é imenso. Segundo, que, na verdade, a sociedade brasileira e o Estado no Brasil já têm um grau de organização suficiente para enfrentar esses programas e esses problemas.

Às vezes, as críticas aparecem como se nada houvesse. Não é verdade. E isso que estamos fazendo agora não é que começou neste Governo, são experiências que vêm vindo, que têm continuidade, são programas que vêm de longe. Há uma consciência nacional que se expressa já em organizações capazes de fazer frente a alguns desses desafios.

É certo que nós temos que, daqui por diante, com mais empenho ainda, dedicar nossa atenção ao ensino básico. É por isso que eu creio que hoje é um dia importante. Como vamos enfrentar o grande problema, que é o da evasão escolar, senão melhorando a qualidade do ensino, o treinamento do professor, mais adiante, com a ajuda dos municípios, os salários dos professores dos municípios e dos estados? Como vamos enfrentar essas questões, se nós não dispusermos também de instrumentos mais ágeis para que realmente possamos treinar esses professores?

E é disso que se trata. Um instrumento adequado é o ensino através da televisão e a utilização dos recursos de que o Estado dispõe, unindo esforços da Secretaria de Comunicações, da TV Educativa, mais a Riquete Pinto, chamando a participação, a parceria do setor privado, para que nós possamos enfrentar, com a energia necessária, esses problemas. É assim que se pode agir em face de todas essas questões.

Acredito que – como já disse o Ministro Paulo Renato – não se trata apenas de um sinal novo na televisão a partir de 4 de setembro. Isso é muito importante. Mas o que está por trás – a preparação dos cursos e, mais do que isso, o monitoramento, e, portanto, outra vez aí a ação do município, a ação do estado na escola, a ação do diretor da escola e ter programas eficazes, para treinar o professor, para treinar o diretor da

escola, para ensinar a utilização mais adequada do livro didático –, isso só se faz, no mundo moderno, com meios modernos de comunicação.

Daqui a algum tempo, quem sabe, possamos fazer algo no sentido da universidade aberta. Não será apenas o ensino básico, que é fundamental, mas é também preciso dar um passo adiante no ensino universitário.

É muito fácil, diante do tamanho do desafio do problema educacional brasileiro e, muitas vezes, da escassez de recursos, que afinal não é tanta assim, lançar palavras que têm apelo forte. Por exemplo: a revolução educacional. Mas uma revolução nesse sentido é um processo contínuo, não é uma ruptura. Não se trata de um decreto, não se trata de uma disposição do Governo, da vontade política do Governo. Tudo isso existe, mas é um processo: nós temos que acumular uma série de resoluções, uma série de ações, coordená-las e orientá-las para esse objetivo.

E é isso que está sendo feito. Nós estamos procedendo, em várias áreas do Governo, às modificações essenciais, que não são para aparecer de imediato, porque problemas dessa magnitude não se resolvem do dia para a noite. Mas é que, na sua continuidade, os frutos surgem, e surgirão esses frutos.

Nesse sentido, há muito de inovador, não só no caso, hoje, da Televisão Educativa e desses problemas, mas na ação do próprio Ministério da Educação e na ação de alguns outros Ministérios. No caso do Ministério da Educação, estamos criando instrumentos mais racionais de atendimento das demandas da população.

Ainda recentemente, no Vale do Jequitinhonha, houve uma programação com o Comunidade Solidária. E o que se viu lá foi a distribuição de 280 ônibus, se não me falha a memória, 230 – bom, um exagero retórico, natural do Presidente da República – 230 ônibus para uma das regiões mais pobres do Brasil. E a definição de como se distribuem esses ônibus, para que eles possam atender à clientela da área rural, para escolas rurais e, portanto, para que a criança possa ser levada até a escola, foi feita em base técnica, com consulta aos municípios.

Perguntar-se-á: “E a intermediação dos Deputados não é importante?” É, é muito importante. Mas, agora, passa a dar-se dentro de um outro contexto, em que há um marco técnico, um marco de referência

que não está limitado a quem pediu, mas a quem necessita. E aí, sim, essa intermediação é útil, é necessária. Os parlamentares vão poder chamar a atenção para um problema e, em vez de terem uma ação clientelística, direta, entre uma escola e o Ministro, vão ter uma ação de maior pedagogia, dizer “aqui é necessário”, “aqui não é”; têm que convencer o Ministro da necessidade da implantação, aqui e ali, de um programa. Esse é um processo cultural, leva tempo, demora, há incompreensões. Mas a gente, tendo firmeza, consegue obter os resultados. Não precisa ter insolência, de forma nenhuma, basta ter tranqüilidade, mas manter o objetivo, que se consegue.

Eu dei o exemplo do Vale de Jequitinhonha porque fiquei muito surpreso, pois vi as notícias no jornal; a Ruth foi ao programa, o Ministro Paulo Renato também; vi até fotografias bonitas, com abacaxis na mesa; mas não vi nenhuma referência ao fato concreto, que é a distribuição dos 230 ônibus. O que conta é a distribuição dos ônibus – numa região pobre –, que é feita de um modo novo, não através do clientelismo.

Isso, pouco a pouco, vai se estendendo pelo Brasil todo. A mesma coisa estamos fazendo no Ministério da Saúde – os métodos serão outros. E caro nos custou a decisão, que tomamos logo ao início do Governo, de acabar com dois Ministérios: de Integração Regional e de Bem-Estar Social, que eu já queria ter acabado quando era Ministro da Fazenda. Não para as questões que se possa imaginar, de economia; não é isso, é para uma outra questão: para melhor uso dos recursos. Os recursos estão disponíveis e serão usados na área social, mas serão usados de maneira adequada. E é claro que, quando se tiram dois Ministérios, as pessoas querem saber: há uma série de obras sociais muito importantes; o que vai acontecer depois? Com elas, nada, a não ser melhorar o sistema de atendimento. Mas, enquanto não se tem esse resultado, é claro que o Governo está se aparelhando para definir qual é o novo modo de atendimento dessas mesmas necessidades, que não passe por um sistema antiquado, simplesmente da troca de favores ou da venda de prestígio.

Isso é o que eu considero uma verdadeira revolução: quando se faz uma modificação efetiva na mentalidade e no modo de organizar a

burocracia e a relação do Governo tanto com a burocracia quanto com a clientela, no sentido preciso, se vão utilizar os serviços públicos; como quanto à importantíssima parte de todo esse processo, que é a representação política. No momento em que a representação política passe a compreender que ela pode atuar, e deve atuar, dentro de um outro marco, ela vai ver que, em vez de perder funções, ganhou funções. Só que são funções que terão, possivelmente, um resultado mais positivo para a população.

Perdoem-me essa digressão, porque, como o Ministro falou tudo que eu tinha para dizer, fui obrigado a fazer algumas outras considerações. Mas quero reafirmar a minha satisfação, agradecer muito a presença de todos aqui, alguns que eu sei que se dedicaram intensamente para que pudéssemos chegar a esse resultado. E, ao felicitar os Ministros e Secretários responsáveis pela área, estou felicitando todos aqueles que colaboraram e agradecendo a cooperação dos Embaixadores, estimulando a que cooperem ainda mais, pedindo, de novo, à sociedade civil, aos empresários que ajudem, que ofereçam condições às escolas mais pobres, para que elas tenham os recursos modernos necessários, porque educação, realmente, é um desafio fundamental, é central. E, no nível de milhões – como são aqueles que vão ser atingidos por esse processo –, nós só conseguiremos satisfazer se tivermos, pelo menos, algumas centenas de milhares de pessoas do outro lado, unidas, para ajudarem na consecução desses objetivos.

Tenho muita confiança no País e acho que, com todas as dificuldades que já superamos, superar esta é uma questão de algum tempo; mas eu espero que, no final do Governo, nós possamos dizer: “Bom, o caminho está aberto e alguns passos foram dados.” E outros passos virão – e talvez com maior rapidez, posto que o mais difícil é o início –, com maior rapidez continuarão, prosseguiremos na obra e vamos ver se viramos este século com um Brasil realmente melhor educado e com maior consciência de cidadania.

Muito obrigado.

